



XVII Domingo do Tempo Comum (Ano C)

O texto – Lc 11,1-13

- ¹ Aconteceu que, enquanto estava num lugar a **REZAR**,
quando terminou, um dos seus discípulos disse-lhe:
«Mestre, *ensina-nos* a **REZAR**,
como João também *ensinou* os seus discípulos».
- ² E ele disse-lhes: «Quando **REZARDES**, dizei:
PAI,
santificado seja o teu nome;
venha o teu Reino;
³ o nosso **PÃO** quotidiano
dá-nos em cada dia
⁴ perdoa os nossos pecados,
pois também nós perdoamos a todo o nosso devedor
e não nos faças entrar em tentação».
- ⁵ Disse-lhes:
«Qual de vós que tem um amigo
e for ter com ele a meio da noite *dizer-lhe*:
⁶ ‘AMIGO, EMPRESTA-ME TRÊS PÃES,
eis que chegou um amigo numa viagem
e não tenho nada para **OFERECER**’,
⁷ e ele, lá de dentro, lhe responder, *dizendo*:
‘NÃO ME INCOMODES,
a porta está fechada e os meus filhos estão no leito comigo;
não posso levantar-me para **TE DAR**’.
- ⁸ Eu vos digo:
embora não os **DÊ**, *levantando-se* por amizade
ao menos, *erguendo-se*,
pela sua insistência,
lhe **DARÁ** o que ele precisar».
- ⁹ «Digo-vos, pois: **PEDI** e ser-vos-á **DADO**;
procurai e achareis;
batei e abrir-se-vos-á;
¹⁰ porque quem **PEDE**, recebe;
E quem procura, encontra,
e ao que bate, abrir-se-á.

- ¹¹ Qual o PAI de entre vós que, se o filho *PEDIR* um peixe,
em vez do peixe lhe **DARÁ** **uma serpente?**
- ¹² Ou, se lhe *PEDIR* um ovo,
lhe **DARÁ** **um escorpião?**
- ¹³ Se, portanto, vós, que sois maus,
sabeis **DAR** *coisas boas* aos vossos filhos,
quanto mais o vosso PAI celeste
DARÁ *o Espírito Santo* àqueles que lho *PEDEM!*».

Breve comentário

Como é típico no evangelho de Lucas, Jesus é apresentado a rezar, isto é, em íntima relação com o Pai, estando presentes os discípulos que, quando Ele termina, lhe pedem que os ensine. Eles, como judeus, já tinham as suas orações, os salmos, mas querem imitar o seu Mestre, no que Ele tem de próprio, tal como João Baptista ensinou a sua forma de rezar àqueles que o rodeavam.

A versão do Pai Nosso que encontramos em Lucas é mais breve do que a de Mateus, apresentada durante o discurso da Montanha (Mt 6,9-13). As duas formas correspondem a duas tradições que circulavam no primeiro século nas diversas comunidades cristãs. Mais do que uma fórmula de oração, o Pai Nosso deve ser olhado como o esquema que todos os discípulos de Jesus devem ter presente na sua oração.

A oração cristã começa com a invocação de Deus como Pai, ou melhor, como papá ('abbá) como Jesus dizia quando rezava ao Pai. Deus é criador e senhor, como nos refere já o Antigo Testamento, mas Jesus exorta a considerá-lo sobretudo como um amigo, um familiar, um pai.

Os pedidos dirigidos ao Pai dizem respeito ao plano de salvação (seja santificado o teu nome, venha o teu Reino), ao bem material (dá-nos o pão) e espiritual (perdoa os nossos pecados e não nos deixes cair em tentação).

«Santificar o nome», é uma expressão de sabor bíblico que indica a intervenção salvífica de Deus por meio da qual ele revela a sua santidade. O texto de fundo é de Ez 36,23, onde o profeta refere a intervenção salvífica de Deus a favor dos deportados: «Santificarei o meu Nome grande, desonrado entre os gentios, profanado por vós no meio deles. Então os gentios saberão que eu sou o Senhor... quando mostrar a minha santidade em vós diante dos seus olhos».

A manifestação da santidade de Deus consiste na obra de purificação e convocação do povo pecador e disperso, numa nova aliança. O «Nome» designa o próprio Deus enquanto age e se releva aos homens (Is 30,27; 52,6). Por isso, a santificação do Nome de Deus coincide com a definitiva revelação de Deus aos homens como Deus fiel e salvador (Cf. Lv 22,32).

Sobre o fundo desta concepção bíblica se compreende a invocação dos discípulos que se dirigem ao Pai para que ele mesmo se revele eficazmente e de modo definitivo na sua acção salvífica. Este é o significado da expressão verbal no passivo «seja santificado». Este aspecto da «santificação do Nome» não exclui o empenho dos discípulos em acolher com uma fidelidade activa e perseverante a iniciativa salvífica de Deus Pai em convidar todos os homens a dar glória ao Pai.

O segundo pedido prolonga e amplia a súplica inicial, introduzindo na oração dos discípulos um tema que resume todo o programa histórico salvífico de Jesus: o reino de Deus.

De facto, Jesus inaugura a sua actividade na Galileia com a proclamação, já antecipada na pregação do Baptista, «o reino dos céus está próximo». Este anúncio ressoa também na missão dos discípulos enviados por Jesus para fazerem os mesmos gestos de libertação que são sinal da erupção do reino de Deus na história humana. Por outro lado, o reino de Deus, já presente nas palavras e gestos de Jesus, não chegou ainda na sua plenitude, pelo que Jesus, na véspera da sua morte pode anunciá-lo como uma realidade futura.

Esta dupla dimensão da vinda do Reino é subentendida pela súplica do Pai Nosso: por um lado os discípulos pedem que o Pai pela sua iniciativa realize a sua realeza universal e plena superando os obstáculos e as resistências do mal histórico, por outro, eles tornam-se abertos e disponíveis à actuação da soberania de Deus por meio da fidelidade à sua missão que o anuncia e implanta na história humana.

O «pão», na linguagem bíblica e evangélica indica o alimento necessário e essencial para a existência humana. Este pão é qualificado pelo adjectivo «nosso» que sublinha o destino comunitário do dom pedido: é o pão dos discípulos solidários com todos aqueles que partilham a sua condição de homens. O pão-alimento não pode ser considerado como uma propriedade privada exclusiva. Os discípulos são convidados a colocar a sua confiança no Pai celeste, que conhece aquilo de que têm necessidade. Esta exortação evangélica à confiança religiosa é um eco da tradição sapiencial: «Não me dêis nem pobreza nem riqueza, mas faz-me ter o pão necessário» (Pr 30,8). Segundo este princípio era dado o maná ao povo de Deus no deserto, a comida quotidiana que não se podia acumular (Ex 16,4.18.21). Na petição

do Pai Nosso trata-se, então do pão dos «pobres», dos discípulos que, na procura prioritária do reino de Deus e da sua justiça, são livres das preocupações pelo amanhã e da obsessão da acumulação.

Depois do pão quotidiano, uma outra necessidade fundamental dos discípulos que vivem na história, é o perdão dos pecados. A obra salvífica de Jesus é caracterizada pela «remissão dos pecados». Este perdão de Deus, dado com generosidade e misericórdia, torna-se normativo para as relações entre os discípulos. A imagem da dívida referida ao pecado põe em evidência o aspecto pessoal enquanto implica uma relação entre duas pessoas, entre Deus e o pecador. O homem pecador diante de Deus está na condição do devedor que só pode esperar o perdão ou amnistia do seu débito, pois não tem condições de pagar. Daqui o pedido de perdão por parte dos discípulos que se reconhecem pecadores.

Mas a novidade da oração evangélica está na segunda frase, onde o perdão pedido a Deus é posto em confronto com o perdão dado aos outros: «Como nós perdoamos aos nossos devedores». Evidentemente não tem sentido falar duma perfeita correspondência ente as duas formas de perdão e nem se pode imaginar que o perdão divino seja condicionado ou medido pelo perdão humano, tomado como modelo. O perdão fraterno, dado com generosidade, mais que uma prestação humana à qual esteja subordinado o divino, é um empenho de tal forma sério que decide da salvação definitiva. De facto, o perdão fraterno responde à única exigência de Deus: a abertura ao seu dom de amor que se traduz numa relação pessoal nova com o irmão.

A última petição, «não nos deixes cair em tentação», ou à letra: «não nos faças entrar em tentação», exprime a extrema precariedade da existência dos discípulos, exposta à ambivalência das situações históricas que podem provocar a queda da fidelidade e a ruína definitiva.

O vocábulo grego *peirásmos*, sem mais, não significa por si tentação como incitamento ao mal, mas prova, teste, verificação. «Entrar em tentação», segundo o modo de dizer nos textos judaicos, significaria aderir ou sucumbir à tentação. A «tentação» pela qual se invoca a intervenção do Pai celeste não é só aquela tentação crítica final em que se decide a sorte dos discípulos, mas também a prova diária que interpela a sua fidelidade e perseverança.

Com esta invocação ao Pai, solicitada pela dura e diária experiência do mal e da finitude humana, se fecha a oração dos discípulos. O Pai Nosso transcreve numa fórmula densa e sugestiva a relação filial que os cristãos, com o modelo de Jesus, aprenderam a viver diante de Deus, o Pai celeste, com confiança e humilde perseverança.

A parábola apresentada por Jesus é um apelo à persistência na oração, não porque Deus não ouça mas porque o homem precisa do tempo para poder assimilar o que melhor convém pedir. Deus é o amigo que socorre sempre o seu amigo, é o bom Pai que aos seus filhos dá o que tem de melhor: o Espírito Santo, isto é, a Si mesmo, como dom pleno e vivificante.

P. Franclim Pacheco
Diocese de Aveiro